

POLÍTICA

ALÉM DA NOTÍCIA

Minas vem aí

O governador Newton Cardoso virá a Brasília, na próxima terça-feira, para recolocar diante do presidente Sarney os termos da participação política de Minas no contexto do Governo. Refeita a ponte com o ministro Ronaldo Costa Couto, o governador não se considerava, todavia, bem-atendido, precisando de mais um ministério para sair de Brasília com a sensação de plenitude. Newton Cardoso será, a esse respeito, o primeiro governador a testar junto ao Presidente da República qual a verdadeira profundidade de sua declaração de São Luís, de que não aceitará pressões políticas.

Ocorre, porém, que os governadores do Sul estão sendo informados das manobras presidenciais no Nordeste, para consolidar a posição de governadores, como o de Pernambuco, que ganhou o direito de indicar um ministro. Minas sempre se assusta quando os ventos dos privilégios políticos não sopram em direção às suas montanhas.

A bancada federal do PMDB mineiro continua afirmando a promessa do governador Cardoso de que um deles sairá para o ministério, mesmo porque há interesses, de forças de conciliação, de que assumam o mandato na Câmara o suplente Genesio Aparecido, irmão do governador de Brasília, com o que se montaria uma nova ponte entre a Liberdade e o Planalto.

NOVA ESTIRPE NA OAB

A luta dos advogados pelos direitos humanos, que marcou a passagem do jurista Raimundo Faoro pela OAB, será agora revitalizada pelo novo presidente da instituição, o paulista Márcio Thomaz Bastos, acusado de ter sido muito pessimista no seu discurso de posse. Ora, os direitos humanos não sugerem otimismo desenfreado, num País com reforma agrária obstaculada, Justiça emperrada, e distribuição de renda constantemente retardada.

ELIEZER EXPÕE SUAS RAZÕES

A amigos íntimos, Eliezer Baptista da Silva, hoje reconhecido como o brasileiro com maior prestígio junto a organismos e bancos internacionais, expõe suas razões pelas quais não aceita um cargo no ministério de seu amigo Sarney. Nem um Ministério da Economia, Eliezer justifica dizendo que sempre que há especulações sobre sua ida para o ministério, ele, que está bem de saúde, passa a sentir todos os sintomas, a pressão sobe, a febre ataca, numa verdadeira síndrome de Brasília.

MOREIRA TROCA MINISTROS POR CARGOS

Sabidamente, o governador Moreira Franco, que ontem à noite assistiu à ópera junto ao presidente Mário Soares, irá pleitear ao auserente presidente Sarney alguns bons cargos de segundo escalão, em vez de um ministério. Sabe que quase sempre é melhor ter influência sobre órgãos que realizam obras ou que fazem concessões políticas, que dispor de ministro atarantado pelas brigas de poder internas na Aliança.

LEONARDO MOTA NETO

Ulysses brasileiro

Há quem acredite que o nome condiciona o destino das pessoas. Pode não ser assim, mas tem implicações. Naturalmente que conhecemos Pacífico com tendências bélicas e Guerreiro acomodado, o que não impede o reconhecimento da influência. O presidente do PMDB, da Câmara e da Assembleia Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, é uma prova da ilação.

Como o lendário rei de Itaca, o primeiro Ulysses que a História registra com destaque, o presidente do PMDB foi, com suas proezas e sabedoria, o destaque na luta contra o regime militar de 64, derrubado, como Tróia, com um artil. Não que a dissidência do PDS seja tão comparável, porém o princípio é o mesmo: derrotar o adversário a partir da penetração em sua cidadela.

Em sua luta, o Ulysses nacional — não diria isso porque não sou eleitor do PMDB — teve lances tão dramáticos quanto, guardada a relevância, o seu homônimo em Tróia. Quando enfrentou os cães em Salvador, sem ter a seu lado muitos do que hoje o cercam, correu riscos menores do que ao classificar o poderoso presidente Geisel de "Idi Amim Branco", com o que pôs, sereno e altivo, sua cabeça no cutelo. Não me lembro de que tenha recebido solidariedade expressiva de muitos democratas atuais. Até parece que houve, da parte deles, admoestações.

As agruras vividas pelo Ulysses paulistano nos anos de ostracismo e perseguição, o dobro do período tormentoso do outro nas ilhas, começam a ser esquecidas porque o pugilo dos que o acompanharam recebe hoje lições dos que o repeliam nas praias. A campanha de anticandidato foi uma cruzada heroica que o dignificou e permanece como exemplo do combatente vencido, mas indômito.

Claro que o Ulysses humano, não o lendário, longe de ser um santo tem, como é inevitável, seus pecados, o maior dos quais a vaidade que o levou a rivalizar com famosos generais, triplices coroados. E o triplice presidente, uma das quais, a da Câmara, obtida, a meu ver, de forma irregular porque a Constituição proibia sua reeleição.

Não se pode, no entanto, deixar de reconhecer que o Ulysses brasileiro é um autêntico varão de Plutarco, com direito a ter sua vida relatada como exemplo para as gerações futuras.

E a esse homem a quem acusam de haver assassinado o PMDB, que deveria ser a sua Penélope. Mais do que a influência do nome o que está acontecendo ao deputado Ulysses Guimarães é a clumelia dos contemporâneos porque, como já disse Carlyle, incapazes de compreender os grandes homens, os pequenos procuram diminuir a sua altura.

ALTIVO E INSENSÍVEL

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, tem qualidades e defeitos notáveis. Ao responder à bancada do PMDB que o partido tem culpa pela extorsão do Imposto de Renda, pois aprovou a legislação, a respeito mostrou sua altivez.

A insensibilidade demonstrou quando afirmou que a greve na Caixa Econômica não era importante e a tem reafirmado com a recusa em apresentar aos funcionários dessa entidade uma proposta decente de reajuste salarial para que retornem ao trabalho. Os servidores da Caixa foram atingidos e o Governo está cometendo, com eles, uma injustiça pela qual Dilson Funaro está sendo responsabilizado.

JOÃO EMILIO FALCAO

Constituição não será promulgada em novembro

A promulgação da nova Constituição em 15 de novembro, como pretendia o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), está praticamente inviabilizada após a decisão de suspender a instalação das subcomissões, marcada para ontem, para que a bancada do PMDB ouvisse o ministro da Fazenda, Dilson Funaro.

Os deputados do PFL ficaram profundamente irritados com essa decisão, atribuída ao líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP). Ao sair de uma reunião no gabinete da liderança, o deputado Lúcio Alcântara (CE) resumiu o pensamento de seu partido:

Deste jeito só teremos uma Constituição no próximo ano. O primeiro jantar ou recepçãozinha que houver eles tornam a suspensão do trabalho da Constituinte, impondo os princípios da ditadura do PMDB".

POSSIBILIDADES

Estudo da própria mesa de Constituinte demonstra a extrema dificuldade de a Constituição ser promulgada em 15 de novembro. Para que esteja pronta, calcula-se a mesa, serão necessários 221 dias. Como de 1º abril (anteontem), data do início dos trabalhos efetivos, a 15 de novembro, são 228 dias, sobrando uma semana para qualquer eventualidade. Como as subcomissões e a Comissão de Sistematização foram adiantadas por uma semana, o período mínimo de 221 dias terminará exatamente em 15 de novembro.

O deputado Aloysio Chaves (PFL-PA) encaminhou à mesa um estudo prevenido o prazo mínimo de 250 dias. Pelos seus cálculos e



Rotina na Constituinte: poucos parlamentares presentes à sessão

Plenário discute o papel dos militares

A esquerda e a direita usaram ontem o espaço destinado à apresentação de matérias constitucionais para colocar na sessão plenária da Constituinte, suas posições sobre o papel a ser reservado às Forças Armadas na nova Carta Magna. De um lado, o comunista Eduardo Bonfim (PC do B/AL) defendeu que elas devem cuidar exclusivamente da integridade do território nacional, contra ameaças externas. De outro, o pedetista Gerson Peres (PA) reivindicou mais espaço político para as Forças Armadas.

— Elas devem ser estritamente profissionais e terminantemente proibidas de intervir na vida política do País. O novo texto constitucional deve deixar claro que é vedado às Forças Armadas e a qualquer de seus membros ações no sentido de contestar, afrontar ou desestabilizar os governos constitucionais. Mais do que isso, a nova Constituição deve deixar explícito que o golpe de Estado ou a tentativa de realizá-lo são crimes contra a soberania popular — pregou Eduardo Bonfim.

O comunista, que ocupou primeiro a tribuna, considerou "urgente e inadiável" uma definição clara e precisa do papel das Forças Armadas, por entender que o militarismo continua, mesmo com a Nova República, sobrepondo-se aos discipulamentos dos poderes. "Assistimos a uma crescente intervenção militar nos destinos da sociedade civil", observou, acusando oficiais da ativa, incluindo ministros militares, de defender o terrorismo de Estado e a volta ao regime autoritário.

Gerson Peres, do PDS, disse, por sua vez, ser falso o temor de que as Forças Armadas "são males a consolidação do regime democrático". Na sua opinião, ao invés de tirar a sua competência para defender a segurança interna, deve-se dar a elas maior espaço político. Ele admitiu que sejam submetidas ao Congresso questões como importações de equipamentos militares e aumento dos efetivos das corporações.

Segundo o pedetista, não adianta querer que as Forças Armadas não interfiram para garantir a ordem interna, pois a qualquer ameaça elas deixariam os quartéis, já que "estão ali, armadas". Propôs que elas devem ser mais politizadas, profissionalizadas e conscientizadas, utilizando-se a sua capacidade ociosa na construção de estradas vicinais, vacinação em casos de epidemias e em campanhas contra o analfabetismo.

PROJETO

A esquerda, no entanto, não pretende esperar pela nova Constituição para deter o avanço das Forças Armadas. Depois de pedir, mais uma vez, a demissão do secretário de Segurança do Distrito Federal, coronel Olavo de Castro, pelas declarações que deu à imprensa considerando "brilhante" a operação militar contra bancários em que constituintes acabaram sendo agredidos, Lysaneas Maciel (PDT/RJ) apresentou projeto de decisão para assegurar a soberania da Assembleia Nacional até a promulgação da nova Carta.

— Felizmente alguns parlamentares foram espancados, observou repetidas vezes o parlamentar, lembrando que nada aconteceu quando o prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, que chamou de "aquele de-sequequilibrado mental", pôs a Guarda Metropolitana em cima de trabalhadores no mesmo dia em que a polícia reprimiu a assembleia dos bancários em Brasília. Com base nos dois episódios e no artigo 59, parágrafo 7º do Regimento Interno da Constituinte, que permite à Assembleia suspender medidas que a ameacem, apresentou projeto de decisão à Mesa Diretora.

Pela proposta do pedetista, ficam proibidas, até a promulgação da nova Carta, medidas que possam representar constrangimento contra qualquer participante de movimento ou manifestação reivindicatória, limitando-se a ação das autoridades à proteção dos bens públicos ou particulares e à manutenção da ordem.

O projeto de decisão também obriga o Poder Executivo, em casos de excessos, a apurar as responsabilidades no prazo máximo de 30 dias. Se aprovado pelo plenário da Constituinte, o projeto já começará a ser aplicado sobre os casos de Brasília e São Paulo, com o Governo devendo apresentar à Assembleia Nacional, um mês depois, um relato completo sobre as responsabilidades intelectuais e materiais da violência policial.

Adiamento teve apoio de líderes, diz Covas

Embora admitindo que a proposta partiu do PMDB, o líder Mário Covas afirmou ontem que todas as lideranças partidárias concordaram com o adiamento da instalação das subcomissões constitucionais para a próxima terça-feira. Pelo telefone, na noite da última quarta-feira, ele mesmo tratou de amarrar o acordo que respaldaria a decisão do deputado Ulysses Guimarães.

Adiando a instalação dos subgrupos, como admitiu, Covas procurou ganhar tempo para negociar a distribuição dos cargos no seu partido. "Agora, teremos mais seis dias para conversar com tranquilidade a respeito do assunto", acrescentou o líder peemedebista, para logo depois corrigir-se: "se fosse preciso, teríamos concluído hoje (ontem) mesmo as indicações".

O senador Mário Covas mostrou-se surpreso quando foi informado da revolta existente nas bancadas dos outros partidos diante do adiamento das eleições: "Eles que reclamam dos seus líderes, já que todos concordaram com a medida".

Ainda segundo o líder peemedebista, o depoimento do ministro Dilson Funaro perante a bancada do seu partido, em horário coincidente com o que estava previsto para a instalação das subcomissões, não foi o argumento utilizado quando propôs o adiamento a demais lideranças.

PROTESTOS

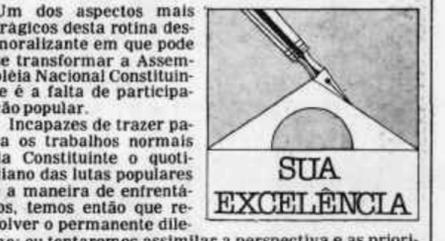
"É uma desmoralização para a Constituinte, um insulto do PMDB aos outros partidos", frases como esta foram ouvidas durante todo o dia de ontem, entre parlamentares de diferentes legendas, revoltados com o adiamento.

O presidente da Comissão de Organização dos Poderes, deputado Oscar Corrêa (PFL/MG), reagiu com veemência contra o adiamento, que segundo ele, fere dispositivo do Regimento Interno da Assembleia.

Já o deputado José Fernandes (PDT/AM), que faz parte da Comissão de Soberania e Garantias Individuais, fazia discursos inflamados contra o adiamento. Ele foi dos primeiros a chegar à ala das Comissões e manifestava-se inconformado contra o que classificou como "decisão arbitrária" do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

Participação popular

LYSANEAS MACIEL *



Um dos aspectos mais trágicos desta rotina desmoralizante em que se transforma a Assembleia Nacional Constituinte é a falta de participação popular.

Incapazes de trazer para os trabalhos normais da Constituinte o cotidiano das lutas populares e a maneira de enfrentá-los, temos então que resolver o permanente dilema: ou tentaremos assimilar a perspectiva e as prioridades do povo, a fim de saber o que é realmente popular ou estaremos mantendo a velha maneira de fazer política: processo discursivo, macante e que na realidade pouca influência terá com mudanças reais.

Para não incorrer em tais erros e para evitar as distorções que conhecemos, trata-se de colocar como primeiro ponto de reflexão a fundamentação de uma ação parlamentar a partir da perspectiva dos setores menos favorecidos da população. A distorção até agora mais comum em nossa prática política, vem, principalmente, de uma atitude que apresenta um "programa, um projeto" que os diferentes setores populares devem seguir ou aprender. Na verdade, trata-se quase sempre da imposição de uma linha de reflexão ou de um programa partidário alheios à prática e à visão do mundo destes mesmos setores. Esta atitude "vanguardista" ou formadora de quadros tem distorcido, com graves consequências, a ação parlamentar e, com isso, retirado a legítima participação do trabalhador, do favelado, do bôia-fria, etc.

A criação de vínculos permanentes entre constituintes eleitores (através de organizações de classe, sindicatos, associações etc) deve ser planejada como desafiante ao modo de fazer política neste país.

Sugerimos pensar de forma resumida, a atuação dos dois pólos desta relação.

a) o parlamentar — mesmo aquele que goza do apoio popular é constantemente absorvido pelas relações de poder que se processam em suas relações políticas e as articulações no próprio Congresso. Estas relações são especialmente absorventes e, muitas vezes passam a se constituir em atividade tão dominante que todo o restante se torna secundário e normalmente realizado às pressas. Querendo ou não a natureza de sua inserção no processo político sofre alterações substanciais que quase sempre o desviam dos objetivos pelos quais se comprometeu com o grupo que o elegeu. Sua coerência será — mesmo que pretenda o contrário — determinada pela posição da cúpula, que na atual maneira com que se feita a política, geralmente se afasta das aspirações populares.

b) a base — o núcleo seria o local adequado para a produção do "saber articulado". Isto é, o conhecimento produzido pela junção das ações e reflexões desenvolvidas em comum entre o constituinte e o povo.

Existe uma diferença básica — no processo de aprendizagem — entre a aquisição de conhecimento produzido fora do grupo e aquele que é gerado no interior do mesmo. Mesmo que seja mais avançado e aparentemente mais coerente, o conhecimento vindo de fora não resulta de ação comum e pode ser captado por diferentes processos e maneiras de o interpretar, uma vez que vem de ação-reflexão que não "tem história" junto aos componentes do núcleo. Resultará sempre, por esta razão, em aprendizado desigual, uma vez que não é fruto de experiência partilhada e sentida em conjunto.

Ao passo que o conhecimento articulado significa outra coisa por "ter história", ou seja, é gerado e organizado pelos atores em questão e apropriado na medida exata de sua ação político-pedagógica.

Se, por exemplo, o parlamentar imprime unicamente sua velocidade distanciando do grupo, não haverá avanço substancial, mas a criação, mais uma vez, de mecanismos artificiais de ação política característicos do movimento das elites ou "de vanguarda" que predispoem ao populismo.

Em outras palavras a realidade social só poderá ser realmente modificada pela Assembleia Nacional Constituinte quando o conjunto de passos dados na direção da mudança trouxer a legitimidade de participação de maior parcela da população através de propostas articuladas e orgânicas.

Deputado pelo PDT do Rio de Janeiro

Bancadas do PMDB criticam indicações

Praticamente em pé de guerra com o líder na Constituinte Mário Covas, os coordenadores de bancada do PMDB foram demovidos ontem pelo líder na Câmara, Luiz Henrique, de lançar um documento em termos duros e contundentes criticando a forma como foi conduzida a indicação dos presidentes, vices e relatores das grandes comissões e exigindo que esses cargos, nas subcomissões, sejam preenchidos por eleição dentro dos partidos aos quais estiverem destinados pelo acordo.

O documento foi levado ao líder Luiz Henrique pelo deputado Expedito Machado, coordenador da bancada do Ceará, mas o coordenador da Bahia, Jutahy Junior, sugeriu que o protesto fosse suspenso até as negociações com Mário Covas, que recebe o grupo hoje, a partir das 8 horas, no gabinete da liderança na Câmara. Miro Teixeira, vice-líder, também atua para conter os ânimos antes do início do encontro.

Segundo o deputado Expedito Machado, o PMDB está traumatizado com a imposição de nomes, daí sugerir o adiamento da escolha de nomes para os cargos ainda não preenchidos. Reconheceu, porém, que o documento não era o meio mais hábil de encaminhar a questão dentro do

PMDB. Por isso designaram Luiz Henrique para mediar os entendimentos.

A bancada não gostou, disse Expedito Machado, porque queria que a escolha para os cargos resultasse de uma consulta ampla. "Então, decidimos vender a ideia de que se eleja nas subcomissões nomes dos relatores, presidentes e vices dentro dos partidos que tiverem, pelo acordo, direito a preenchê-los. Isso demonstra nossa vontade em cumprir os entendimentos formulados pelas lideranças".

— Queremos uma escolha mais democrática e poderemos de alguma forma podar a insatisfação que reina na bancada, disse ainda o parlamentar cearense. Oswaldo Sobrinho, coordenador da bancada de Mato Grosso, acha que esse critério deveria ter sido usado pelo líder Mário Covas para todos os cargos. "mas agora, Inês é morta".

"Queremos recompor pelo diálogo", acrescentou Expedito Machado, achando que reproduzia a insatisfação de seus colegas coordenadores. O líder Luiz Henrique disse que a retirada do documento abre espaço às negociações, e, por essa razão, está certo de obter bons resultados no encontro de hoje com o senador Mário Covas.

Cardoso condena luta interna

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, condenou ontem a luta interna dentro do seu partido para o cargo de relator da Comissão de Sistematização, dizendo que existem pré-requisitos para preenchê-lo, o que por si só poderia eliminar os candidatos. "Tem que ser um homem com capacidade de negociação, capacidade intelectual e confiabilidade partidária", definiu, ressaltando, logo a seguir, que não está disputando o lugar.

Para o senador, o momento não é de disputar cargos e se alguém está querendo lugar para imprimir marca pessoal é muito ruim. No seu entender, os políticos precisam pensar em termos de Brasil, no que vão fazer para ter uma boa Constituição.

Assinalou ainda que não faz restrição a ninguém que disputa o cargo de relator da Comissão de Sistematização e até admitiu que, pelo volume de serviços, o PMDB poderia optar por indicar dois nomes, ao invés da escolha única, tradicional.

Crise adia trabalho das comissões

A decisão do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), de suspender os trabalhos das comissões temáticas até terça-feira, a fim de contornar a crise interna de seu partido foi reprovada por vários partidos. O deputado Amaury Muller, (PDT-RS) declarou ontem que "o PMDB está violentando e violando o Regimento Interno da Constituinte para resolver problemas internos". Ele prometeu formalizar o seu protesto hoje, em plenário, para exigir do presidente da Constituinte o cumprimento do cronograma estabelecido pelas normas regimentais da Assembleia Nacional Constituinte.

O presidente eleito da Comissão da Ordem Econômica, deputado José Lins (PFL-CE) também reprovou o adiamento das eleições de presidentes e relatores das subcomissões para terça-feira. Disse que solicitaria à mesa da Constituinte que recomponha esses cinco dias de trabalho que as comissões irão perder, em função do adiamento determinado ontem pela manhã pelo deputado Ulysses Guimarães, ressaltou ainda que, de acordo com o Regimento Interno da Constituinte, as comissões e subcomissões têm um prazo limitado — 65 dias — para concluir os seus trabalhos.

Até o final da tarde de ontem o presidente da Comissão da Ordem Econômica desconhecia os resultados obtidos pelo PMDB nas negociações para indicar os membros que integrarão as subcomissões de Princípios Gerais, Intervenção do Estado e Regime de Propriedade do Solo; Questão Urbana e Transportes; e Política Agrícola, Fundiária e Reforma Agrária.

Segundo informações colhidas junto a alguns membros da Comissão da Ordem Econômica, existe um acordo preliminar, o qual estabeleça as indicações do deputado Delfim Netto (PDS-SP) para a presidência da primeira subcomissão e para relator, o deputado Virgildáσιο Senna (PMDB-BA). Para a segunda subcomissão, a presidência e a relatoria ficarão com o PMDB, porém, a terceira subcomissão contará com a participação do PFL no cargo de presidente (senador Edison Lobão — MA) e a relatoria, com o deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-MG). O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), que foi derrotado em sua pretensão de ser o relator da Comissão da Ordem Econômica, cargo para o qual foi indicado ontem o senador Severo Gomes continua reivindicando a sua inclusão na função de relator da Subcomissão da Reforma Agrária.

GOLPE

"Há um clima de golpe no ar", declarou, no início da sessão, a deputada Irma Passoni (PT/SP), primeira oradora inscrita. Ela criticou o Governo, indagando se tal ameaça não estaria sendo estimulada pelos próprios detentores do poder. Classificou o ministro da Justiça, Paulo Brossard, de conservador de direita e observou que enquanto a União Democrática Ruralista (UDR) conta com todo apoio, aos trabalhadores rurais é reservada a plena repressão.

Acordo não está fechado na Soberania

O presidente da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, deputado Mário Assad (PFL/MG) informou ontem que existe alguma dificuldade para fechar acordo em torno dos dirigentes das três subcomissões previstas no regimento da Constituinte. "Posso dizer que até o momento só está acertada a subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias para o PDT. O relator será o deputado Lysaneas Maciel (PDT/RJ). Além disso, o deputado Roberto D'Ávila também do PDT/RJ, está indicado para presidir a primeira subcomissão, que vai tratar da nacionalidade, da soberania e das relações internacionais.